

DISCURSOS SOBRE A ARQUITETURA DOS COLÉGIOS NAS CARTAS DA COMPANHIA DE JESUS

Fernanda Santos

RESUMO: As Cartas da Companhia de Jesus, sobretudo as *Ânuas* da Província do Brasil, mostram como os inicianos atribuíam grande importância à localização espacial dos seus colégios. Fatores como o clima, o meio, o ambiente, eram para ser tidos em conta, e por isso os colégios deveriam estar em pontos mais salubres e elevados das capitais. Contavam ainda os arvoredos e a luminosidade do local, condições que julgavam indispensáveis ao meio em que o aluno deveria viver, crescer e ser formado. Estes princípios eram universais, na ótica dos Jesuítas, pois aparecem discriminados nas *Constituições*. Por esse motivo, é notável a semelhança das linhas principais de todos os colégios, sendo estas instituições educativas ramificações de um mesmo tronco. Outra explicação plausível é o fato de todos os desenhos e projetos dos colégios serem sujeitos à revisão do padre geral, justificando-se assim a analogia do critério de uniformidade dos planos das novas edificações com os de outros colégios anteriormente construídos, se aproveitando de igual modo a experiência acumulada, na construção de um novo edifício, aperfeiçoando as instalações. A organização de um colégio jesuíta era exímia, lembrando “uma cidade dentro de outra cidade”. (Butel, 1890, p. 446) O programa das construções jesuíticas era relativamente simples, podendo ser dividida em três partes, correspondendo cada qual a uma determinada localização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os “cubículos”, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da “cerca”, com horta e pomar. O trabalho pretende analisar como as diferentes cartas jesuíticas, sobretudo as *Ânuas*, fazem referência à localização espacial dos colégios, bem como os materiais utilizados na construção e aumento dos mesmos.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, Cartas *Ânuas*, construções jesuíticas, colégios.

Introdução: Arquitetura religiosa no Brasil

Os primeiros templos religiosos construídos no Brasil seguiam o estilo tardo-renascentista ou maneirista português, conhecido como estilo chão. Esta estética se caracterizava pelas fachadas compostas por figuras geométricas básicas, frontões triangulares, janelas próximas ao quadrado e paredes marcadas pelo contraste entre a pedra e as superfícies brancas, de caráter bidimensional (Carvalho, Nóbrega, Sá, 2000, p. 2000). A decoração se apresentava escassa e circunscrita em geral aos portais, ainda que os interiores fossem ricos em altares, pinturas e azulejos. Assim, as primeiras igrejas brasileiras eram compostas por nave e capela-mor de planta retangular, com uma ou três naves, janelas simples e uma fachada retangular ou quadrada encimada por um frontão triangular, podendo ter uma ou duas torres laterais. Ao longo do século XVII apareceram frontões adornados com volutas de caráter maneirista.

Nessa primeira fase, os principais modelos das igrejas coloniais foram as igrejas de São Roque, São Vicente de Fora de Lisboa. Hoje em dia restam poucos exemplos da arquitetura quinhentista no Brasil, uma vez que boa parte das edificações mais antigas foi destruída ou ficou muito alterada.

Desde o século XVI, os Jesuítas construíram igrejas e colégios em regiões isoladas para promover a conversão dos indígenas ao Cristianismo. Alguns exemplos importantes de igrejas jesuítas dos primeiros tempos da colonização são as de São Pedro d'Aldeia (Rio de Janeiro), Nova Almeida (Espírito Santo), Embu (São Paulo) e a Capela de São Miguel (São Miguel Paulista, São Paulo), todas datando do século XVII ou início do XVIII.

Várias igrejas do século XVII, de caráter maneirista, ainda sobrevivem no Brasil. Um exemplo é a igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, construído entre 1633 e 1677 com base a um projeto de 1617. A fachada é composta por formas geométricas, com um frontão triangular, ladeada por duas torres e com uma galilé com três portais, semelhante à Igreja de São Vicente de Fora de Lisboa. Um exemplo mais tardio é a antiga igreja jesuíta, atualmente Catedral de Salvador, datada de 1652-1672 (Smith, 1948), com uma fachada maneirista encimada por volutas e com duas torres, características semelhantes à igreja jesuíta de Coimbra (atual Sé Nova de Coimbra). (Telles, 1980, p. 75) O interior, de nave única com capelas laterais e transepto e capela-mor pouco profundos, é baseado em São Roque de Lisboa. A igreja jesuíta de Salvador inspiraria outras na região, como a igreja do Convento de São Francisco, de Salvador. (Telles, 1980, p. 76)

Por volta da metade do século XVII surgiram igrejas que, apesar de não terem plantas curvas barrocas, apresentavam fachadas principais cenográficas, fugindo das rígidas formas anteriores. Um importante exemplo é a Igreja do Convento Franciscano de Cairu, na Bahia, construída a partir de 1654. A entrada da igreja é precedida por uma galilé, formada por cinco arcos, com dois andares superiores escalonados flanqueados por volutas. O frontão da igreja, no terceiro andar, contém um nicho com a imagem de Santo Antônio, e a torre única da igreja encontra-se recuada em relação à fachada. Esse esquema de fachada, cujo protótipo maneirista pode ser a da igreja franciscana de Ipojuca, de fez escola no Nordeste, dando origem, entre outras, às igrejas dos conventos franciscanos de Paraguaçu (Bahia), Olinda, Igarassu (Pernambuco) e João Pessoa (Paraíba), este último construído já no século XVIII com uma fachada ricamente decorada. Os conventos franciscanos nordestinos estavam organizados ao redor de um nobre claustro de dois pisos (datando já do século XVIII), de ordem toscana, frequentemente decorados com azulejos portugueses. Em frente aos conventos, um amplo

adro com um cruzeiro aumentava a imponência urbanística do conjunto. (Telles, 1980, p. 25-30)

1. O *estilo jesuítica* na arquitetura religiosa

O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram é uma das mais significativas. A circunstância de se ter iniciado a ação da Companhia em fins do Renascimento, quando os primeiros sintomas do barroco já se faziam sentir, e de se desenvolverem, depois, os dois movimentos paralelamente, levou alguns críticos a pretenderem englobar sob a denominação comum de *arte jesuítica* todas as manifestações de arte religiosa dos séculos XVII e XVIII.

A expressão *arte jesuítica*, que supõe um estilo próprio da Companhia de Jesus, apresenta manifestações diversas, de acordo com as conveniências e recursos locais e com as características de estilo próprias de cada período. Apesar dessas diferenças, o *espírito* jesuítico aparece marcado na arquitetura. À medida que as obras se vão afastando dos padrões mais definidos dos finais do século XVI e da primeira metade do século XVII, as formas, os materiais e as técnicas vão mudando. As marcas do seu estilo existentes nas composições em conjunto ou nas particularidades constituem o verdadeiro *estilo* dos padres da Companhia. Tratando-se de uma ordem nova e diferente, livre de compromissos com as tradições monásticas medievais, e, por conseguinte, em situação particularmente favorável para se deixar impregnar, logo de início, do espírito moderno, pós-renascentista e barroco, é natural que tenha sido mesmo assim. As obras arquiteturais da Companhia mostram a globalização deste *estilo*.

Todavia, no Brasil, a expressão *estilo jesuítico* tem um sentido mais limitado e preciso. Na Europa, *estilo jesuítico* lembra as manifestações mais desenvoltas do barroco; enquanto para os hispano-americanos, onde a ação da Companhia prosseguiu ininterruptamente durante todo o século XVIII, a ideia da *arte jesuítica* abrange o ciclo barroco completo. No Brasil, onde a atividade dos padres, já atenuada na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida em 1759, as obras dos Jesuítas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que há de mais *antigo*. Consequentemente, quando se fala aqui em *estilo jesuítico*, o que se quer significar, de preferência, são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da Contra-Reforma.

2. Arquitetura e edifícios

Os Jesuítas atribuíam grande importância à localização espacial dos seus colégios. Fatores como o clima, o meio, o ambiente, eram para ser tidos em conta, e por isso os colégios deveriam estar em pontos mais salubres e elevados das capitais. Contavam ainda os arvoredos e a luminosidade do local, condições que os inicianos julgavam indispensáveis ao meio em que o aluno deveria viver, crescer e ser formado. Estes princípios eram universais, na ótica dos Jesuítas, pois aparecem discriminados nas *Constituições* (Loyola, parte I, p. 113; parte X, vol. 2, 2004, p. 145):

Os Jesuítas sempre procuraram adotar um lado prático na construção de seus edifícios, que deviam estar longe dos olhares indiscretos, serem “sólidos, cômodos, espaçosos, arejados e iluminados, como também revestidos de “certa aparência magestosa”, embora “sóbrio o estilo e moderada a ornamentação. (Madureira, 1929, p. 614-616)

Por esse motivo, é notável a semelhança das linhas principais de todos os colégios, sendo estas instituições educativas ramificações de um mesmo tronco. Outra explicação plausível é o fato de todos os desenhos e projetos dos colégios serem sujeitos à revisão do padre geral, justificando-se assim a analogia do critério de uniformidade dos planos das novas edificações com os de outros colégios anteriormente construídos, se aproveitando de igual modo a experiência acumulada, na construção de um novo edifício, aperfeiçoando as instalações (Idem). Outro aspecto a ter em conta é que a organização de um colégio jesuíta era exímia, lembrando “uma cidade dentro de outra cidade” (Butel, 1890, p. 446).

O programa das construções jesuíticas era relativamente simples, podendo ser dividida em três partes, correspondendo cada qual a uma determinada localização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os “cubículos”, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da “cerca”, com horta e pomar. Sendo objetivo da Companhia a doutrina e catequese, a igreja devia ser ampla a fim de abrigar um número sempre crescente de convertidos e curiosos, sendo localizada, de preferência, em frente a um espaço aberto – um terreiro – onde o povo se pudesse reunir e andar livremente, não se prevendo, na maior parte das vezes, a construção ordenada de casas em volta dessa praça. Mais modesto e menos independente, o programa jesuítico na América Portuguesa não comportava os traçados urbanísticos integrais tão característicos das missões da província do Paraguai, das quais ficaram os Sete Povos das Missões. Nas missões do sul, cada núcleo

jesuítico comportava a cidade e os principais colégios pertenciam a organizações urbanas distintas (Costa, 1941, p. 13).

Nóbrega pode contar com a colaboração do arquiteto Francisco Dias para a construção da Casa e do Colégio da Bahia, e ainda a dedicação do seu sobrinho, o Mestre de Obras Diogo Peres, ambos trazidos por Tomé de Sousa. Francisco Dias entrou para a Companhia em 1577, viajando para o Brasil em 1578, trazido pelo padre Visitador Cristóvão Gouveia. O primeiro arquiteto titular da Companhia na América Portuguesa trazia no currículo a experiência da construção da igreja de São Roque, como também o projeto arquitetônico do Colégio e da igreja jesuíta da Ilha Terceira dos Açores. Apesar de não haver concebido a arquitetura da igreja de São Roque, projetada pelo arquiteto Afonso Álvares, de acordo com Serafim Leite, ele foi responsável pela eliminação das três naves originais (nave central e das capelas laterais), adotando a nave única, de forma a eliminar as colunas e a valorizar a visibilidade do altar e dos púlpitos, elementos modernos que introduziu nas igrejas da Companhia do Brasil. Francisco Dias projetou e construiu diretamente três igrejas: a igreja do Colégio do Rio de Janeiro (1555-1597), a igreja de São Miguel, do Colégio de Santos (1585-1600), a igreja de Nossa Senhora das Graças, do Colégio de Olinda (1584-1597). A planta da igreja do Colégio de Olinda seguiu o traçado inovador de São Roque de Lisboa e já estava quase concluída em 1597, quando Francisco Dias recebeu ordens para regressar à Bahia, a fim de concluir as obras do Colégio e da igreja daquela cidade.

Em Salvador, Francisco Dias não projetou, mas reviu os desenhos e os cálculos das plantas do Colégio e da igreja (atual Catedral Primaz do Brasil). Numa carta de Pêro Rodrigues vem citada uma outra carta, de 1598, referindo o seguinte: “Também aponta V.P. [Vossa Paternidade] a ordem que terei em edificar a nova Igreja deste Colégio da Bahia e as Capelas como se darão em tudo se guardaram que V.P. [Vossa Paternidade] ordena.” No mesmo fólio refere as “m[uitas] coisas tocantes às Aldeias, pela maneira que [?] foram escritas e lidas diante dos meus 4 consultores e do P. Fer[não] Cardim [...]”. (*ARSI, Bras.* 15.1, fl. 467v.)ⁱ

Na descrição do Colégio mostra-se claramente o programa seguido e indica com minúcia o conteúdo de cada um dos “quartos” da “quadra” e a respectiva orientação:

Tem de novo feito um claustro de pedra e cal e no quarto da parte de leste, fica a igreja e sacristia; a igreja é razoável, bem acabada, com seu coro, é bastante por agora para a terra, e bem ornada de ricos ornamentos... O outro quarto da parte do Sul tem por cima a capela e enfermaria de boa grandura, por baixo despensa e adega. O quarto da parte do poente tem dezanove câmaras; nove por cima e por debaixo dez com as janelas grandes que fazem cruz nos corredores. O quarto da parte de Nordeste tem sete

câmaras por cima e seis por debaixo: todas são forradas de cedro, e amplas mais que as de Coimbra, os portais de cantaria, e é edifício bem acomodado, exceto que está por aperfeiçoar e forrar os corredores e guarnecer. (Costa, 1941, p. 14)

A forração de cedro é uma forração comum dos tetos. A igreja existente no Colégio da Bahia no momento da expulsão dos Jesuítas era a quarta construção: a primeira, erigida por Nóbrega, durou até 1553. No mesmo ano, começou a levantar-se a segunda, também por Nóbrega; porém, esta já se encontrava em ruínas em 1564. Em 1572 inaugurou-se a terceira, construída por Mem de Sá. Em 1624 ocorreu a invasão da Bahia pelos holandeses, que se estabeleceram no Colégio e profanaram a igreja. Logo após sua expulsão, começou-se a pensar em uma reconstrução, que se iniciaria somente em 1657, e terminaria em 1672 (Leite, tomo V, 1945).

A igreja do Colégio da Bahia, orientada em direção norte sul, foi, a princípio, edifício autônomo. Em 1552, a primeira igreja de taipa ameaçada por arruinamento foi reconstruída com o mesmo material. Em 1561, a terceira igreja, já com utilização de materiais mais resistentes, pedra e cal, é iniciada (Lemos, 1999, p. 10). Logo depois, entretanto, viu-se incorporada a um plano de construção em quadra – partido seguido, aliás, pelos Jesuítas desde as suas primeiras edificações na Bahia. Francisco Dias, arquiteto vindo de Portugal, em 1577, incumbido da construção do Colégio de Jesus na Bahia, projetou novo edifício formando conjunto com ela. Presumivelmente esses planos também previam a ereção de uma igreja maior e mais moderna, de acordo com o estilo e a grandiosidade do Colégio definitivo. Só no século seguinte, porém, foi possível levantar-se essa igreja, a atual Catedral Basílica do Salvador. Em 1572, na festa do Divino Espírito Santo, foi consagrada a 3.^a igreja, iniciada em 1561. Em 1581 foram colocados os sinos vindos de Portugal, ocorrendo a complementação com imagens e painéis em 1585.

O Colégio continuou com sua construção em taipa. O local onde fora erguida a 3.^a igreja é muito controverso: segundo alguns historiadores seria onde hoje está a sacristia da 4.^a igreja – Catedral; para outros corresponde ao ponto do prédio da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social (Antiga Coelba) e *Cine Excelso*. A 3.^a igreja do Colégio estava totalmente concluída em 1584, e o Colégio já se encontrava em pleno funcionamento com todos os seus compartimentos construídos. Anchieta faz referência a isso em sua *Carta Anua de 1581*:

No material do colégio [da Bahia] se trabalhou esse ano, com grande aumento, porque se começou e acabou, da banda do sul em que ficam, quatro casas grandes de maneira que a crasta fica toda fechada, coisa que

todos muito desejávamos pelo muito que, sem elas, ficava toda a casa devassada. Fez-se também uma grande e formosa varanda, da banda do leste para dentro da casa, que serve de corredor, enquanto se não muda a igreja. (ARSI, Bras. 15.1, fls. 326-329)ⁱⁱ

O Colégio entrou pela porta maior da arquitetura colonial, pois Francisco Dias é considerado o autor de um estilo próprio arquitetônico que, divulgado na América Portuguesa, caracterizou toda a arquitetura jesuítica e não jesuítica (Gadelha, 2007, p. 366-368).

Uma das boticas jesuíticas mais importantes em terras brasílicas foi a da Bahia. Sua importância histórica tornou-a um centro distribuidor de medicamentos para as demais boticas dos vários colégios, de norte a sul da América Portuguesa. Para isso, e como a Bahia mantivesse maiores contatos com a metrópole, os padres pareciam conservar a botica bem aparelhada para o preparo de medicamentos, iniciando-se nela, inclusive, o aproveitamento das matérias primas indígenas. A relação das boticas com as enfermarias, nos próprios colégios, é feita por Serafim Leite ao afirmar que “segundo a informação da Província do Brasil, de 31 de dezembro de 1583, o Colégio Novo [Terreiro de Jesus na Bahia] tem, nesta data, o claustro de pedra e cal e, na parte leste, fica a igreja e a sacristia; a do sul, tem por cima a capela e a enfermaria, de boa grandura” (Leite, tomo I, livro I, cap. 4, 1938, p. 53). A *Carta Anua* do padre José de Anchieta, datada de 1584, refere o seguinte: “nada de novo foi acrescentado ao edifício do colégio, a não ser uma enfermaria, bastante espaçosa, exposta por ambos os lados ao ar fresco e salutar. [...]” (ARSI, Bras. 8, fls. 3-5).ⁱⁱⁱ

Em 1694, a farmácia do Colégio da Bahia foi descrita como elegante e provida de toda a espécie de remédios. Em 1722, a botica do Colégio já era conhecida como a mais famosa e de maior movimento entre as boticas brasileiras. Em 1728, a nova botica é reconstruída fora do Colégio, junto à portaria do Terreiro de Jesus (Leite, tomo V, livro I, cap. IV, 1945, p. 87-88). A localização privilegiada da Bahia deve ter contribuído para que seu Colégio atingisse a fama e a grandeza reconhecidas durante quase três séculos. Serafim Leite parece ter feito uso das narrativas de Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa e Jéan de Léry, ao referir-se à agricultura desenvolvida pelos jesuítas do seguinte modo: “[...] tais eram as plantas principais, que os Portugueses levaram para o Brasil desde os primeiros dias da colonização e que os jesuítas, por sua vez, cultivaram e desenvolveram [...]” (Leite, tomo V, livro I, cap. IV, 1945, p. 178-180). O trânsito de espécies vegetais entre a colônia e a metrópole foi bastante intenso, pois, a Pernambuco, vieram, pelas mãos dos jesuítas, mudas de mangueiras e coqueiros, entre outras plantas não nativas e que foram cultivadas no Brasil.

O Colégio da Bahia possuía terras e engenhos no recôncavo e sertões, e era também gerenciador das missões e aldeamentos. Tinha ainda sua capela privativa, livraria própria, casa de recreação e jardim, casa de hóspedes (refeitório) e botica. Anexa ao Colégio havia a igreja, atual Catedral Basílica. Sua construção, em substituição a uma menor que a antecedeu, prolongou-se de 1657 a 1672.

Entre 1708 e 1729, a Companhia de Jesus construiu um prédio onde funcionou seu Noviciado, de invocação Nossa Senhora da Anunciação, na Jiquitaia, atual Água de Meninos, com doação de 64 mil cruzados de Domingos Afonso Sertão, com rendimento anual estimado em 4 mil cruzados (Leite, tomo V, 1945, p. 141). A doação visava constituir um fundo para não apenas a construção, como também a manutenção da obra pia, daí ser chamada fundação ou dotação. Trata-se de uma reminiscência do antigo regime de padroado, mas em função da vigência do padroado régio, a doação ficava à mercê do rei conceder licença. O doador, como em outros casos, pede em contrapartida que se rezem missas por sua alma e se dê sepultura na capela maior.

Em 1747, já funcionava em alguma dependência do Colégio um seminário confiado aos Jesuítas pelo arcebispo D. José Botelho de Matos, com edifício próprio em 1756, nomeado Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição (Leite, tomo V, 1945, p. 152-153). Servia como casa de residência para estudantes, mas as aulas eram no Colégio. Os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio tiveram casa própria para serem ministrados em 1757, com uma doação que obrigava expressamente os Jesuítas a construírem o edifício com sua finalidade. O edifício ficou conhecido como Casa de Orações dos Jesuítas, e se encontra atualmente de pé, na Rua Carlos Gomes. O Convento da Soledade é considerado também fruto do trabalho da Companhia, tendo-se ereto quando da passagem do padre Gabriel Malagrida, na década de 1730. Havia ainda a Casa da Quinta do Tanque, hoje Arquivo Público da Bahia, chamada casa suburbana de São Cristóvão, e diversas moradas de casas e moradas de sobrado, cujos rendimentos podiam chegar a 11.451.000 réis em 1759, e denotavam a ocupação e presença jesuíta em uma das principais cidade da colônia, sede do Governo geral ou Vice reinado até 1763 (Leite, tomo V, 1945, p. 141).

3. Plano da arquitetura jesuítica: igrejas e colégios

O programa das construções jesuíticas era relativamente simples, podendo ser dividido em três partes, correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os *cubículos*, a

enfermaria e trabalho, as aulas e oficinas; a enfermaria e mais dependências de serviço, além da *cerca*, com horta e pomar. Sendo o objetivo da Companhia a doutrina e a catequese, a igreja devia ser ampla, a fim de abrigar número sempre crescente de convertidos, e localizada, de preferência, em frente a um espaço aberto – um terreiro – onde o povo se pudesse reunir e andar livremente, não se prevendo, na maior parte das vezes, a construção ordenada de casas em volta dessa praça.

Ao contrário do que se observa nas missões do sul, onde cada núcleo jesuítico constituía por si mesmo o *povo*, isto é, a cidade, os principais colégios do Brasil faziam parte de organizações urbanas distintas, ou então, quando sucedia a algum dos numerosos aldeamentos formados pelos padres, tomar corpo – como foi o caso de São Paulo de Piratininga, por exemplo – ele era logo repartido com as demais ordens religiosas e as autoridades civis. Assim, mais modesto e menos independente, o programa jesuítico brasileiro não comportava os traçados urbanísticos integrais tão característicos das missões da Província do Paraguai, das quais ficaram os chamados Sete Povos das Missões.

Note-se a importância atribuída pelos Jesuítas à localização espacial dos seus colégios. Fatores como o clima, o meio, o ambiente, eram para ser tidos em conta, e por isso os colégios deveriam estar em pontos mais salubres e elevados das capitais. Contavam ainda os arvoredos e a luminosidade do local, condições que julgavam indispensáveis ao meio em que o aluno deveria viver, crescer e ser formado. Estes princípios eram universais, na ótica dos Jesuítas, e aparecem discriminados nas *Constituições* da Companhia de Jesus.

Por esse motivo, é notável a semelhança das linhas principais de todos os colégios, sendo estas instituições educativas ramificações de um mesmo tronco. Outra explicação plausível é o fato de todos os desenhos e projetos dos colégios serem sujeitos à revisão do Padre Geral, justificando-se assim a analogia do critério de uniformidade dos planos das novas edificações com os de outros colégios anteriormente construídos, se aproveitando de igual modo a experiência acumulada, na construção de um novo edifício, aperfeiçoando as instalações. (Madureira, 1929, p. 614-616) Outro aspecto a ter em conta é que a organização de um colégio jesuíta era exímia, lembrando “uma cidade dentro de outra cidade”. (Butel, 1990, p. 446)

A Igreja do Colégio da Bahia, orientada em direção norte sul, foi, a princípio, edifício autônomo. Em 1552, a primeira igreja de taipa ameaçada por arruinamento foi reconstruída com o mesmo material. Em 1561, a terceira igreja, já com utilização de materiais mais resistentes, pedra e cal, é iniciada. (Lemos, 1999, p. 10)

Logo depois, entretanto, viu-se incorporada a um plano de construção em quadra – partido seguido, aliás, pelos Jesuítas desde as suas primeiras edificações na Bahia. Francisco Dias, arquiteto, vindo de Portugal em 1577 incumbido da construção do Colégio de Jesus na Bahia, projetou novo edifício formando conjunto com ela. Presumivelmente esses planos também previam a ereção de uma igreja maior e mais moderna, de acordo com o estilo e a grandiosidade do colégio definitivo. Só no século seguinte, porém, foi possível levantar-se essa igreja, a atual Catedral Basílica do Salvador. Em 1572, na festa do Divino Espírito Santo, foi consagrada a 3.^a igreja, iniciada em 1561. Em 1581 foram colocados os sinos vindos de Portugal, ocorrendo a complementação com imagens e painéis em 1585. O colégio continuou com sua construção em taipa. O local onde fora erguida a 3.^a igreja é muito controverso: segundo alguns historiadores seria onde hoje está a sacristia da 4.^a igreja – Catedral; para outros corresponde ao ponto do prédio da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social (Antiga Coelba) e Cine Excelso. A 3.^a igreja do colégio estava totalmente concluída em 1584, e o colégio já se encontrava em pleno funcionamento com todos os seus compartimentos construídos. (Lemos, 1999, p. 11)

A técnica utilizada, excluídas as primeiras construções sumárias de cobertura vegetal, *de pouca dura* – como diziam, então, os padres – teve uma primeira série de edificações ainda provisórias, estruturas de madeira e barro de mão, quase sempre assobradadas, com compartimentos forrados e cobertura de telha. As referências a umas e outras, nas cartas, nas crônicas etc., são numerosas e muitas delas já pareciam *velhas* quando, de 1583 a 1585, o padre Cristóvão de Gouveia as visitou. Não eram, porém, tais construções tão precárias como se tem dado a entender.

4. A intervenção da Companhia na construção das Igrejas

Na construção de suas igrejas os padres, embora acompanhassem, como os demais religiosos, a evolução normal do estilo de cada época, atuaram em numerosos casos como autênticos renovadores, apoiando e adotando as concepções artísticas mais modernas, como o barroco ainda classicista da primeira fase da Contra-Reforma, quando, fora da Itália, as formas ornadas do primeiro Renascimento ainda prevaleciam, bem como depois, na época de maior eloquência do estilo barroco, com as inovações de alguns artistas.

Correspondendo grande parte das construções jesuíticas brasileiras definitivas ao período do domínio espanhol em Portugal (1580-1640), as construções da Companhia refletiram, nas suas

proporções, o gosto severo e frio, até porque as dificuldades locais impunham à arquitetura no Brasil um certo comedimento.

Filipe II encontrara também em Portugal, na pessoa de Terzi^{iv}, o arquiteto dos jesuítas, um artista da nova escola, capaz de lhe traduzir, de forma condigna, os ideais da Contra-Reforma. Confiou a esse artista as obras dos Paços da Ribeira e, em 1590, deu o seu visto às famosas plantas da igreja de São Vicente de Fora, na mesma cidade de Lisboa.

O estilo sóbrio e de formas geométricas definidas, de Herrera em Madri e de Terzi em Lisboa, veio para o Brasil quinhentista, trazido em primeira mão pelo arquiteto Francisco Dias, colaborador de Terzi na construção de São Roque. Estilo cujas características aristocráticas ainda se podem observar nos três arcos de pedra, o da capela-mor e os colaterais, da igreja do antigo Colégio de Olinda. A presença de um arquiteto profissional de sua categoria no Brasil daquele tempo foi sem dúvida decisiva, não só no sentido de fixar, de forma definitiva e logo de início, as características de estilo próprias da arquitetura jesuítica no Brasil, como também no de influir nas construções contemporâneas não jesuíticas.

Aliás, a própria igreja seiscentista atual do Colégio da Bahia, cuja planta obedece igualmente à de São Roque, deve ser baseada em risco de autoria dele, já que viera ao Brasil especialmente para projetar e dirigir a construção daquele colégio. Encontrando uma igreja relativamente modesta, que ficou formando um dos corpos da quadra desse colégio, por certo terá incluído no seu plano de conjunto, como não podia deixar de o fazer, o risco da nova igreja, aquela que deveria ser, juntamente com o colégio, definitiva. Tanto assim que em 1604 já se estava providenciando a obtenção de material para a construção dessa nova igreja que ainda não havia sido iniciada. Conforme refere Lúcio Costa sobre a fachada da igreja baiana

denota ter havido, da parte do arquiteto que a projetou - ou dos que o sucederam durante o andamento das obras - uma certa hesitação na escolha do partido definitivo. Hesitação resultante do desejo, aliás mal sucedido, de conciliar a solução tradicional de duas torres, com o traçado erudito em voga desde que Vignola e Giacomo della Porta, e depois Maderna, nas igrejas de Jesus e de Santa Susana, respectivamente, fixaram o novo padrão de frontispício sem torre, geralmente conhecido por *jesuítico*. (Costa, 1941, p. 147-148)

Apesar dos exemplos importantes de Salvador, de Belém do Pará, de São Luís do Maranhão, e mais alguns outros, de igrejas já da primeira metade do século XVIII, o frontão reto é o que melhor caracteriza as igrejas jesuíticas brasileiras, pois que elas não alcançaram o pleno desenvolvimento do barroco em meados e na segunda metade de setecentos. O tipo de transição entre essa forma regular e a forma livre barroca é o que apresenta volutas rampantes

sobrepostas ao frontão clássico primitivo, mantendo-se assim, apesar da nova silhueta, a rigidez da empena retilínea, como nos mostra a igreja de São Pedro d'Aldeia.

Quanto às portadas, tanto se encontram frontispícios de uma porta só, como conjuntos formados por cinco vãos, partido que, depois da construção da igreja nova do Salvador, repetiu-se no Recife, em Belém do Pará e em numerosas igrejas de menor interesse, já de meados do século XVIII, inclusive na grande igreja inacabada do Castelo, com portais de mármore de Lioz, enquanto a igreja velha tinha apenas a porta central, com uma cercadura de granito do país, de risco severo, ainda com frontão inteiro, de fins do século XVI.

Convém observar, entretanto, que no desenho de todas essas portadas, com exceção talvez das de Santo Alexandre, prevalece a linha elegante e o pormenor apurado e que são muitas vezes delicadamente ornamentadas, como ocorre com as da igreja do Espírito Santo, no Recife. Decoração classicista que vamos encontrar em outras portadas jesuíticas, como, por exemplo, na cercadura de pedra do chamado Engenho Retiro, em Sergipe, ou ainda, aberta na madeira, com boa técnica e muito gosto, no portal da capelinha do Município de São Roque, em São Paulo. (Costa, 1941, p. 150-151)

Considerações finais

A Companhia de Jesus teve uma ação decisiva na arquitetura do Brasil ao longo de duzentos anos de atividades voltadas para a catequese dos índios, a moralização dos costumes e educação dos colonos. Na América Portuguesa deixaram um rico patrimônio, não só arquitetural como cultural.

As cartas enviadas pelos missionários jesuítas mostram os inicianos apostaram não na criação de uma nova técnica na arquitetura, mas na divulgação das técnicas de uso corrente, pelo interior do país, através dos seus colégios e aldeias. Estas tinham sido aprendidas e depois ajustadas por eles às necessidades particulares do seu programa, também em grande parte residencial.

Através das informações expostas nas cartas, nota-se que a arquitetura da Companhia, no Brasil, foi quase sempre despretensiosa, muitas vezes pobre, obedecendo, em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes. A sobriedade foi um conceito chave na sua arquitetura, e esteve presente também nos retábulos, mesmo os mais ricos.

O partido arquitetônico tradicionalmente empregado pelas ordens religiosas nos seus mosteiros e conventos, ou seja, o de dispor os vários corpos da construção em quadra, como então se dizia, formando-se assim um ou mais pátios, foi mantido também pelos Jesuítas.

Referências bibliográficas:

BUTEL, Fernand. L'Éducation des Jésuites Autrefois et Aujourd'hui, Paris, 1890.

CARVALHO, C., NÓBREGA, C., SÁ, M. Guia da Arquitetura Colonial in: Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro. Editora Casa da Palavra, 2000.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 5, Rio de Janeiro, 1941, p. 105-169.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Para Além da Catequese: artes e ofícios dos Jesuítas da Província do Brasil (séculos XVI-XVII). In: BINGEMER, Maria Clara Luchetti; NEUTZLING, Inácio, s.j.; DOWELL, João A. Mac (orgs.). A Globalização e os Jesuítas: Origens, História e Impactos. Anais, vol. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, tomos I e II. Porto: Tipografia Porto Médico, 1938.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, tomos V e VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LEMOS, Ubirajara Dantas. Colégio dos Jesuítas – 450 anos de História. In: MENEZES, Jacy Maria Ferraz de. Memória Iconográfica da Educação na Bahia – Colégio dos Jesuítas. Salvador: Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação do Campus I. Projeto Memória da Educação na Bahia convênio UNEB/CNPQ – Programa Nordeste de Pesquisa, 1999.

LOYOLA, Inácio de. Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares. Trad. Joaquim Mendes Abranches. Revisão Pe. João Augusto Mac Dowell, s.j. São Paulo: edições Loyola, 2004.

MADUREIRA, J.M., s.j. A Liberdade dos Índios: A Companhia de Jesus. Sua Pedagogia e Seus Resultados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

SMITH, Richard C. Jesuit buildings in Brazil. The Art Bulletin, v.30 n.3, New York, 1948.

TELLES, A.C. da Silva. Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. MEC/SEAC/FENAM, 1980.

i *Carta de 10 de outubro de 1598*, Pêro Rodrigues. (transcrição minha)

ii *Carta Anua da Província do Brasil, de 1581*, de José de Anchieta para Cláudio Aquaviva, Bahia, 1 de janeiro de 1582.

iii *Carta Anua da Província do Brasil, de 1583*, do provincial José de Anchieta ao geral padre Cláudio Aquaviva, Bahia, 1 de janeiro de 1584.

iv Francesco Lana Terzi (n. Bréscia, 13/12/1631, m. 22/02/1687), foi um jesuíta matemático, e naturalista italiano que ficou conhecido por ser o precursor da aeronáutica, concebendo uma aeronave. Em 1670 Terzi publicou *Prodromo ovvero saggio di invenzioni nuove all'Arte Maestra*, livro em que apresentava diversas invenções, dentre as quais uma barca aérea suspensa por quatro globos de cobre, grandes, finos e vazios em seu interior. A elevação da aeronave seria propiciada pelo empuxo do ar.